



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberto o 19º Seminário do ciclo de palestras e debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em cumprimento ao Requerimento nº 51, de 2011, ao Requerimento nº 78, de 2011, e ao Requerimento nº 42, de 2011, de autoria dos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, com a finalidade de avaliar e debater o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que dispõe sobre o Código Florestal brasileiro, com a participação dos seguintes Srs. Senadores e autoridades: Senador Luiz Henrique, Relator do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Ciência e Tecnologia; Senador Jorge Viana, Relator do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), do Senado Federal; Senador Casildo Maldaner; Senador Aloysio Nunes Ferreira; Senador Reditário Cassol; Deputado Valdir Colatto, Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura no Congresso Nacional; Deputado Federal Celso Maldaner, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural na Câmara dos Deputados; Deputado João Rodrigues, Secretário da Agricultura e da Pesca do Estado de Santa Catarina; Prefeito Municipal de Chapecó, Sr. José Cláudio Caramori; e o Deputado Reno Caramori, representando a Assembleia Legislativa.

Lembro às Comissões e aos senhores e às senhoras presentes que, de acordo com o que dispõe o art. 184 do Regimento Interno do Senado, é permitido a qualquer pessoa assistir às sessões públicas, do lugar que lhe é reservado, desde que se conserve em silêncio, sem dar qualquer sinal de aplauso, de aprovação ou de reprovação ao que nelas se passar.

Comunico, ainda, que os cidadãos poderão participar e fazer perguntas sobre o debate por meio da Internet ou por telefone. Aquelas pessoas que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e que desejarem participar do nosso evento podem fazê-lo através da Internet, pelo endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou pelo Twitter, @alosenado, ou também pelo telefone 0800-612211, lembrando que a ligação é gratuita.

Senhoras e senhores, para nós é um prazer muito grande estarmos aqui em Chapecó, no Estado de Santa Catarina, uma região que tem a sua economia pautada no agronegócio, e trazermos aqui as quatro Comissões: a Comissão de Agricultura, presidida por mim; a Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg; a Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo Senador Eunício Oliveira; e a Comissão de Ciência e Tecnologia, presidida pelo Senador Eduardo Braga.



O nosso trabalho, do Senado, de fazermos as audiências públicas e o nosso trabalho em conjunto é no sentido de nós tratarmos esse assunto, o assunto da reforma do Código Florestal brasileiro, sem termos uma disputa entre as Comissões de Meio Ambiente e de Agricultura. Entendemos todos nós que o Código Florestal brasileiro é importante, tanto para os agricultores, quanto para os ambientalistas, como também para os cientistas. Todos nós precisamos de um Código Florestal que atenda à necessidade de toda a população brasileira.

Nesse sentido, nós, Senadores, escolhemos como relatores dessa matéria dois ex-governadores que fizeram grandes trabalhos em seus Estados, a exemplo do Senador Luiz Henrique, que foi Governador do Estado de Santa Catarina por oito anos, realizou um grande trabalho à frente desse Estado; assim como o ex-Governador Jorge Viana, que fez também um grande trabalho à frente do Estado do Acre, como Governador daquele Estado, por oito anos também. Portanto, ambos têm uma grande experiência administrativa no Executivo, também uma grande experiência no Legislativo e trazem toda essa experiência para esse debate, o debate do Código Florestal brasileiro. São dois governadores de Estados diferentes, um da Região Norte, da Amazônia, e outro da Região Sul, do Estado de Santa Catarina.

Nós já ouvimos cientistas, economistas, juristas, ex-ministros da Agricultura, ex-ministros do Meio Ambiente, técnicos, gestores públicos, professores, enfim, estamos promovendo um amplo debate e cumprindo o nosso dever de ouvir a sociedade brasileira nesse tema de extrema importância para o nosso País.

O interesse nosso de estarmos aqui hoje, a pedido do Senador Luiz Henrique, juntamente com o Senador Maldaner, é conhecermos uma região altamente produtiva com relação ao agronegócio brasileiro, que mantém as suas preservações do meio ambiente e que faz do agronegócio o principal negócio, a principal economia da região, não somente do Município de Chapecó, mas do Estado de Santa Catarina, e buscarmos aqui informações, colhermos dados para que os nossos relatores possam ter a tranquilidade... Aliás, este é o papel nosso, de presidentes das comissões: darmos tranquilidade e toda a assistência para que os nossos relatores possam produzir um trabalho que atenda toda a sociedade brasileira, com equilíbrio entre proteção ambiental e produção agrícola. Esse equilíbrio é importante para a conservação do meio ambiente, mas também para a proteção da nossa economia e, principalmente, dos nossos agricultores.

Santa Catarina é um exemplo de que é possível produzir e conservar, com uma agroindústria moderna, baseada na pequena propriedade, no cooperativismo e na integração agricultor-indústria. Das 190 mil propriedades rurais de Santa Catarina, 95% possuem áreas com menos de 50 hectares. É uma agricultura inclusiva, que valoriza o pequeno agricultor e cria condições de competitividade.



Queremos que essa integração agricultor-indústria seja aperfeiçoada e que esse modelo possa ser adotado em outros Estados, principalmente lá na nossa região, lá no nosso Estado de Rondônia. Nós queremos levar, Senador Luiz Henrique, esse exemplo para que a nossa Rondônia possa ser uma Rondônia desenvolvida também, cuidando do meio ambiente, mas que possamos produzir; produzir com responsabilidade ambiental, através do cooperativismo, através do associativismo.

Essa integração é um bom modelo de agricultura, mas que ainda não está regulamentado por lei. Vamos criar condições legais, definindo obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras.

Neste momento, estamos ouvindo os produtores rurais, as cooperativas, as indústrias e toda a cadeia produtiva para emitir um parecer que seja bom para todos, mas principalmente para a população brasileira.

Iniciando os nossos trabalhos, passo a palavra para que o nosso Prefeito Caramori possa dar as boas-vindas aos convidados.

Sr. Caramori, V. Ex^a tem três minutos para falar.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI – Muito obrigado.

Permitam-me saudar toda a Mesa, já nominada pelo protocolo, todas as autoridades aqui presentes, particularmente o Senador Luiz Henrique da Silveira, Senador por Santa Catarina, e o Senador Casildo Maldaner, assim como o Senador Jorge Viana, o Deputado Federal Valdir Colatto, Celso Maldaner, enfim, todas as autoridades aqui, o nosso Secretário da Agricultura, João Rodrigues. Permitam-me estender a saudação a todos os demais, saudando o Deputado Reno Caramori, todos os nossos Deputados Estaduais aqui presentes, todas as lideranças, todos os segmentos organizados da sociedade Chapecoense, catarinense e brasileira que aqui está.

Seguramente para nós, Srs. Senadores, Srs. Deputados, é uma honra imensa podermos ver a nossa terra chapecoense sediar uma audiência de tamanha importância. Somos todos sabedores, como V. Ex^{as} também, de que a nossa região, particularmente o Município de Chapecó, que não difere de todos os demais, é composta por micropropriedades, por pequenas propriedades, por propriedades extremamente produtivas, baseadas especialmente na forma de gestão das agroindústrias dos sistemas de integração, e por aí afora.

Sabemos, plenamente, que todas as tratativas que V. Ex^{as} têm feito no sentido de dotar a nossa legislação de uma forma em que possamos ver os nossos pequenos agricultores, especialmente, sobreviverem a partir das suas propriedades – em uma iniciativa louvável, partida do nosso querido ex-Governador e Senador Luiz Henrique da Silveira, corroborada por tantos outros que o acompanharam –, são para nós de vital importância.

Sem querer fazer com que o presente se transforme em uma ameaça para o futuro, em termos ambientais, temos de reconhecer que, acima de



tudo, está a sobrevivência do nosso povo. Sobrevivência com dignidade, para que possa explorar a sua pequena propriedade de forma harmoniosa com o meio ambiente, de forma a prover o seu sustento, de forma a gerar emprego e renda, de forma a produzir alimentos de que a nossa Nação tanto precisa. E, assim, temos a certeza de que uma importante reunião como esta, realizada exatamente em um solo em que o território é partido ou repartido dessa maneira, trará resultados positivos.

Com o devido respeito a todos aqueles, evidentemente, que têm seu foco voltado para a excessiva manutenção ambiental, ou a necessária, melhor dizendo, sustentação ambiental, nós precisamos dar condições de produção e de produtividade para o nosso agricultor, para a manutenção das nossas indústrias alimentícias e, acima de tudo, para dar dignidade e condições de sobrevivência à população chapecoense oestina.

Sejam todos os senhores muito bem-vindos à nossa terra. Estamos orgulhosos por saber que hoje Chapecó é destaque em todo o Brasil para discutir tema de tamanha importância. Fica aqui a esperança e, mais do que a esperança, a certeza de que essa legislação tratará de forma diferente os diferentes. Porque somos um País igualitário, com certeza, mas, acima de tudo, temos diferenças entre o Sul e o Norte, o Centro, o Leste e o Oeste que precisam ser observadas.

Obrigado pela presença de todos os senhores.

A V. Ex^{as} o nosso respeito, o nosso carinho e a nossa disposição em contribuir para que, de fato, daqui saia a segurança de toda essa população, que observa atentamente o trabalho de todos vocês.

Obrigado.

Uma boa tarde a todos!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Prefeito Caramori.

Agradecemos também a presença do Deputado Federal Odacir Zonta, do Deputado Estadual Dirceu Dresch e do Deputado Estadual Marcos Vieira.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana para fazer os seus cumprimentos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, colegas que estão aqui na Mesa, que cumprimento na pessoa do Senador Luiz Henrique, é importante dizer que esta é uma sessão conjunta que quatro comissões do Senado Federal trazem a Chapecó, aqui em Santa Catarina. Ela está sendo transmitida pela TV Senado, pela Rádio Senado e uma iniciativa que o nosso Presidente Acir Gurgacz e todos que compõem a Comissão de Agricultura fez, tomou e nos convidou para participar e esta sessão, especialmente, tem a iniciativa do meu querido colega Senador Luiz Henrique, que me convidou para



assinar junto com ele um requerimento e pudéssemos estar aqui hoje numa das regiões mais especiais deste nosso País.

O Brasil é um País muito bonito e tem um povo muito especial. Mas essa região de Santa Catarina, do nosso País, reúne um exemplo de dedicação, de trabalho e de bons resultados de uma parcela muito importante daqueles que dedicam sua vida a criar e produzir. E nós que estamos com a missão de melhorarmos a legislação ambiental do Brasil no sentido óbvio de dar mais proteção ao nosso ambiente, de buscar o equilíbrio na relação do homem com a natureza e conciliar essa preocupação, porque se trata de uma legislação ambiental, como dar a segurança jurídica, criar um ambiente de transparência para aqueles que querem aumentar sua produção, sua produtividade e seguir nos ajudando a fazer do Brasil uma referência de País produtor de alimentos, especialmente no mundo.

Então, daqui a um pouco eu vou ter a oportunidade de falar. Neste momento, estou tendo privilégio aqui, como todos os meus colegas Senadores, nosso convidado – quero agradecer ao Prefeito – os Deputados Federais, Estaduais, especialmente os nossos Senadores que estão aqui e a presença das senhoras e dos senhores. Mas neste momento, estou aqui como um dos Relatores dessa matéria do Senado Federal e vim para ouvir, para anotar, para estabelecer uma relação, em nome do Senado, com realidade real do nosso País. Especialmente, da realidade que serve de exemplo como é o caso de Chapecó. Um exemplo: pode ser de avião, pode ser andando nas estradas, aqui a gente encontra uma realidade que mostra que parte do produtor, da família que trabalha no campo, a preocupação em conciliar o meio ambiente com produção. Esse exemplo está na pequena propriedade, que é a grande maioria das propriedades do Brasil e é esse tipo de realidade que a gente vê aqui que a gente queria que pudesse se reproduzir em muitas outras regiões do País. É isso que a gente está procurando que aconteça no meu Estado, o Estado do Acre, mas mesmo aqueles que estão procurando fazer o trabalho dentro da lei, como nossa legislação passou por profunda modificações ao longo dos anos, enfrentam dificuldades. E essa conciliação entre a realidade, a preocupação com meio ambiente e também criar condições para que o Brasil siga tendo mais produção na mesma área, maior produtividade é que nos leva à responsabilidade de fazer o aperfeiçoamento, as mudanças necessárias no texto que veio da Câmara dos Deputados.

Agradeço a presença de todos. É a maior audiência que nós estamos fazendo, um público fantástico, tenho certeza, de pessoas, de estudantes, de profissionais, mas especialmente daqueles que tem na produção a dedicação maior de suas vidas. A gente agradece a presença de todos aqui. E obviamente vou ficar ouvindo junto com o meu colega e Governador e Senador Luiz Henrique, meus outros colegas e, no final, vou ter oportunidade também de me manifestar sobre o que vamos ouvir nesta audiência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Passo a palavra agora ao Senador Casildo Maldaner para fazer os seus cumprimentos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Como disse o Senador Jorge Viana, vamos aqui. De um certo, modo a gente veio para dar um apoio e para ouvirmos. Eu quero aqui, nesta saudação, deixar meus cumprimentos a todos. É com muita alegria, eu que sou criado praticamente nesta região, sou gaúcho de Carazinho, mas, aos dois anos de idade, meus pais vieram para Chapecó, para essa região. Então, como alguém que é criado nesta terra, eu quero deixar aqui um abraço aos amigos, às colegas.

O Senador Acir, que é Presidente da Comissão de Agricultura, vem lá da Rondônia, mas foi criado em Cascavel, no Paraná e foi lá para Rondônia e vem hoje a Chapecó, o nosso oeste catarinense. Como o Senador Jorge Viana, ele, como Governador que foi por duas vezes do Acre, veio de lá e é Relator da Comissão do Meio Ambiente, do Código Florestal. E ao mesmo tempo, Presidente de outra comissão, que é da defesa civil. Foi criada no Senado e tem um prazo determinado e da qual eu fui escolhido como Relator. Nós temos, também, para este ano, mais ou menos o mesmo prazo, como o Código Florestal, para nós determinarmos um novo paradigma para da defesa civil no Brasil. Esse é um compromisso nosso como é do Código Florestal. E, no Código Florestal, ele é Relator da Comissão do Meio Ambiente, e o Luiz Henrique, que é nosso irmão, catarinense, é Relator em três comissões, na Comissão de Justiça, na Comissão de Agricultura e na Comissão de Ciência e Tecnologia. Então ele abrange as três. Então é uma responsabilidade muito forte do Luiz Henrique, que é catarinense com o nosso Senador Jorge Viana.

Fico grato, também, de estar aqui na companhia, o Luiz convocou, um irmão nosso, que é o Senador mais votado do Brasil nas últimas eleições, o Senador Aloysio Nunes, de São Paulo, que vem também honrar o oeste catarinense no dia de hoje. Foi o mais votado do Brasil, com 11 milhões de votos, uma loucura. Então eu fico muito feliz.

E o catarinense Reditário Cassol, é catarinense, também está na Rondônia, é criado neste Estado, foi para Rondônia e está lá, o filho dele é Senador, ele é Senador, o pai dele foi Governador. Então é uma honra termos aqui também o Reditário Cassol. E foi Vereador em Maravilha, o Reditário Cassol. Então para nós todos é uma honra termos aqui o Reditário também presente.

(Palmas.)

Eu não vou falar no Celso, que nasceu aqui em Chapecó, no João Rodrigues, que nasceu em Nonoai e se criou aqui em Chapecó. Não vou falar no Colatto, que é daqui; o Caramori, que representa a assembléia, o outro Caramori, que é o nosso Prefeito; aqui os Deputados Marcos Genro, os amigos, os Prefeitos. Aqui, minha gente, estão reunidos o setor produtivo dessa grande região do oeste.



Hoje de manhã, a Senadora Ana Amélia, que é gaúcha, aqui do outro lado do Uruguai, aqui das barrancas, queria vir, mas houve um impedimento, senão ela estaria aqui também a apoiar esse encontro. Então quero deixar esse abraço também.

Mas aqui está um minifúndio, está uma região do grande oeste. Tem uma parte do sudoeste do Paraná, tem uma parte do Rio Grande participando aqui, Jorge Viana, viu Acir, aqui está uma região que nós vínhamos conversando no avião ainda hoje de manhã. Isso aqui fica no centro geográfico, mais ou menos, entre duas grandes metrópoles, que é Buenos Aires e São Paulo. Aqui fica mais no centro geográfico. Daqui dessa região, para ir para Buenos Aires ou para São Paulo, mais ou menos se equilibra, é equidistante. Esse é o centro. Então, a essa região, que é um minifúndio, que tem, que agrega valores, aqui se transforma em carnes, exporta para cento e poucos países; os grãos, aqui, não se vende grãos, se transforma em carnes. Ainda buscamos grãos no Mato Grosso, de Goiás, da região que vem para cá, do Paraguai. Essa é a grande função. E aqui o Código Florestal tem um peso extraordinário.

Vimos conversando ainda com o Jorge Viana, Senador Luiz Henrique, há uma preocupação. Há uma preocupação com o pequeno proprietário. Ele antigamente foi explorando, foi fazendo, foi chegando até perto dos riachos. E, hoje, se ele é um pequeno que tem um módulo, de 25 hectares ou 30 hectares, se ele usou até o riacho, se ele tiver que deixar uma proteção, ele vai ficar praticamente sem condições. Então vimos discutindo na viagem ainda. Ele concorda em reparar, em repor, com ajuda, para proteger os riachos, porque a água não é de ninguém, é de todos, vai proteger as nossas cidades. Mas ele vai querer uma compensação senão ele não vai ter condições de sobreviver. Então precisamos encontrar uma fórmula, e aí o Senador Aloysio Nunes vinha comentando com o Senador Jorge Viana e nossos colegas como é que vamos encontrar uma fórmula para que ele preserve aquilo, reponha até uma parte, que é a permanente, mas ele venha a ter uma compensação. Se ele tiver 50 hectares, vai deixar 10 para a represa; 30 vai deixar 6, ele vai ter que receber, como tem países, alguma coisa por ano, por hectare para ele cuidar de proteger a água para ajudar nas pequenas cidades e assim por diante. É isso. E na reserva legal, para ter uma compensação também quem vai deixar a reserva legal. Ou é o carbono, ou a compensação. É a forma que os colegas, nós estamos tentando encontrar.

Em todo caso, minha gente, é uma saudação a todos, principalmente aos colegas que aqui estão para nós termos um grande proveito na questão da produtividade com sustentabilidade no oeste catarinense. E, como disse o Prefeito, hoje o Brasil está acompanhando, aqui do oeste catarinense, essa reunião dessas comissões em prol do Código Florestal Brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner. Faço o registro do seu grande trabalho, do



belo trabalho que V. Ex^a faz no Senado em defesa deste maravilhoso Estado de Santa Catarina, em especial, na nossa Comissão de Agricultura. Fica aqui o meu registro e o meu agradecimento pelo seu empenho, pelo seu trabalho na nossa Comissão de Agricultura.

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Boa tarde, minhas amigas, meus amigos, meu caro Presidente, os companheiros de Mesa, os Prefeitos, Deputados, meus caros colegas Senadores, eu não podia deixar de vir a essa audiência pública. Em primeiro lugar, pela convocação do Governador Luiz Henrique, um dos políticos por quem tenho uma enorme admiração, uma amizade de décadas, e cujo trabalho tanto como Prefeito, Deputado Federal, Ministro, Governador, não só eu, mas todos nós acompanhamos e admiramos imensamente e que deixou marcas benfazejas em todo o Estado de Santa Catarina, especialmente aqui em Chapecó. Venho, também, porque a ideia de vir a Chapecó, a uma região com as características que tem este oeste catarinense me fascinava. Basta que se ande por essa bela Avenida Getúlio Vargas para se verificar a extraordinária sinergia que existe entre uma agricultura diversificada, com pequenas propriedades, com nível alto de organização, com cooperativas, e a prosperidade na vida das cidades. Basta ouvir os dados que o Casildo Maldaner, outro colega extraordinário, de quem vocês precisar ter, nós, Senadores, nos orgulhamos de ter entre nós, e vocês como representante, basta ouvir o que o Casildo Maldaner e o Luiz Henrique nos disseram a respeito do que é esta região, do ponto de vista econômico para despertar imediatamente o desejo de vir aqui, e ouvi-los; uma região minúscula do ponto de vista geográfico mas que contribui com cerca de 5% de toda a produção, do valor da produção agropecuária do País; uma agricultura diversificada, uma agroindústria forte, grande bacia leiteira, suinocultura, avicultura, produção de grãos, e agora até azeite, oliveiras. Graças a um programa instituído pelo Luiz Henrique quando era Governador.

Eu vim aqui, também, cumprindo, sobretudo cumprindo um dever de membro das comissões que aqui se reúnem nesta audiência pública. Vocês conhecem o edifício do Senado. Se não conhecem pessoalmente, já viram em fotografia. Ele é muito bonito, é uma obra de arte de um dos grandes arquitetos do Brasil e do mundo. Mas o problema é que aquela estrutura é fechada, ela não tem janelas, não entra a luz do sol. Vocês nos veem assistem ao nosso trabalho graças à TV Senado, que está transmitindo essa sessão. Mas o Senador tem a obrigação de andar e ver para que, através das suas andanças, a luz do sol e a luz da vida entrem naquela estrutura fechada. Daí a importância desta audiência pública.

Se aqui estivesse falando no meu lugar o Vice-Presidente da República e Presidente licenciado do partido do Luiz Henrique, Michel Temer, que é versado em latim, ele não deixaria de dizer que audiência vem do latim *audire*,



que é ouvir, escutar. Nós viemos aqui, sobretudo, para escutar. Mas não é uma simples escuta. É escutar para levar em conta. Não se trata apenas de ouvir, mas de ouvir para formar um julgamento.

Eu assisti pela televisão a votação do projeto do Código Florestal na Câmara, meu querido Valdir Colatto. Houve ali um ambiente de confronto de guerra ideológica, de enorme confusão não apenas legislativa, mas do Governo, uma vez que o Ministério da Agricultura falava uma língua e o Ministério do Meio Ambiente falava outra. No Senado, nós temos obrigação de deixar as coisas esfriarem, de refletir melhor, de fazer um Código que não seja a expressão de um conflito ideológico, mas que seja um instrumento legal para resolver problemas, para dar ao País uma legislação segura, clara, que não deixe o agricultor na mão do fiscal ou do promotor público. Regras do jogo claras para que todos tenham a chance de ganhar. Um Código Florestal que, sendo relatado por um Senador catarinense e por um Senador da Amazônia seja um código nacional. Mas que tenha também abertura para que os Estados e Municípios participem da gestão e do regramento do meio ambiente, que não é apenas floresta; é floresta, é água, é cidade e é gente.

É com esse objetivo que nós estamos aqui, ouvir para fazer um bom trabalho e fazer, meus queridos amigos, rapidamente. Nós não podemos esperar mais um ano, dois anos, antes de termos um novo Código Florestal à altura daquilo que desejam os brasileiros, os agricultores, os ambientalistas, aqueles que querem viver numa sociedade justa, equilibrada e democrática.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Faço o registro da presença dos servidores dos Correios Brasileiros. Não é matéria da nossa discussão; apenas fazemos o registro e esperamos que esse impasse nos Correios se resolva o mais rápido possível pela importância que os Correios tem para todos nós, brasileiros.

Agradeço a presença do Prefeito de Quilombo, Sr. Lenoir Bigolin; bem como do Deputado Estadual Elizeu Mattos, do Deputado Estadual Daniel Tozzo e do Suplente do Senador Paulo Bauer, Athos de Almeida Lopes.

Muito obrigado pelas suas presenças.

Passo a palavra ao Senador Reditário Cassol para fazer os seus cumprimentos.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Prefeitos, Secretários, Srs. Vereadores, demais autoridades aqui presentes, meus senhores, minhas senhoras, juventude, eu quero cumprimentar a todos com um boa tarde a todos!

É muito importante estas reuniões, que nós temos de parabenizar os que solicitaram, os ilustres Senadores, inclusive foi Governador neste Estado, e mais companheiros para se realizar nesta oportunidade de hoje. Esta reunião,



temos que agradecer a Deus e agradecer a todos que aqui compareceram. Agradecer a Deus em primeiro lugar, que deu saúde, forças, para nos encontrarmos aqui. Para mim, é uma grande satisfação, logo aqui próximo da terra em que nasci, Concórdia; do outro lado, Maravilha, onde morei por muitos anos. É uma região como Chapecó, que a gente conhece todos, os Municípios vizinhos, o Estado todo. E hoje a gente fazendo parte aqui nesta belíssima reunião.

Depois nós temos que ouvir, Sr. Presidente, as sugestões das lideranças da população que estão aqui presente, que é importantíssimo essas reuniões com autoridades que a representa na parte do setor agrícola, do meio ambiente e outras comissões para discutir aquilo que é importantíssimo para o nosso povo.

Mas eu, embora já tenha relatado ontem na reunião da comissão, se me permite, Sr. Presidente, quero lembrar de novo que Santa Catarina está de parabéns porque eu conheço muitas regiões do nosso País. Vejam bem, mais um Estado que tem as nossas nascentes, as águas, os riachos protegidos com a mata; as montanhas até a maioria das rodovias, também, ao longo, ao lado, tem bastante mato. Portanto, meus parabéns. Com certeza é força dos nossos governantes e a vontade do povo. Força dos nossos legisladores, e, claro, sempre a vontade do povo. Santa Catarina está de parabéns. É claro que sempre alguma coisinha aqui e lá mas vamos fazer um trabalho todo de acordo para que o Código Florestal, que a lei passa, não que venha prejudicar ninguém.

Sempre convidamos para fazer aquilo que é necessário, sem pensar em fiscalização, multa e mais isso, e mais aquilo. Ora Santa Catarina, volto a dizer, meus parabéns. Lá na nossa região norte, o ilustre Presidente, que é testemunha, não temos esta felicidade, porque lá tem rios e rios, começando da nascente, estão completamente descobertos de mata. Em rodovia não se fala de olhar dos lados e enxergar mata. Quase geralmente é destruído. E aqui bem o contrário. Aqui é uma realidade que Santa Catarina, o povo, a população, soube fazer aquilo que é necessário.

Portanto, Sr. Presidente, nobres colegas, autoridades que compõem a Mesa e toda população. Nós vamos ser mais objetivos, não vou me prolongar, para que todos aqueles que gostariam de dar alguma ideia tenham oportunidade.

Muito obrigado a todos, até mais.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Reditário Cassol.

Passo a palavra, para os seus cumprimentos, ao Senador Luiz Henrique, Relator da matéria nas três Comissões no Senado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Muito boa tarde a todos e a todas. Obrigado por terem comparecido a esta audiência. É uma demonstração de que todos sentem a importância de termos um Código Florestal que garanta tranquilidade e segurança para quem produz, trabalha e luta pela grandeza deste País.



Quero saudar meu colega Relator, ex-Governador do Acre, por oito anos, Senador Jorge Viana. Quero saudar o meu Presidente de honra, o meu líder ex-Governador e Senador Casildo Maldaner. Quero saudar o Senador mais votado da história deste País, Aloysio Nunes Ferreira, que representa o Estado de São Paulo. Quero saudar o nosso conterrâneo, que foi nosso Vereador em Maravilha e, hoje, para nosso orgulho, é Senador do seu Estado onde seu filho foi Governador também por oito anos, companheiro Reditário Cassol. Quero saudar esses guerreiros por Santa Catarina, nossos Deputados Federais, Valdir Colatto, Celso Maldaner, João Rodrigues e Odacir Zonta. Quero saudar o nosso Prefeito municipal, José Carlos Caramori. Quero saudar os nossos Deputados Estaduais, Reno Caramori, que representa aqui os 40 legisladores da nossa Assembléia, bem como o Líder do Governo, Deputado Elizeu Mattos e os Deputados Marcos Vieira e Dirceu Dresch e Daniel Tozzo. Quero saudar o Suplente de Senador, Athos de Almeida Lopes e todos os trabalhadores e líderes rurais na pessoa do Presidente cooperativista Mário Lanznaster.

Estamos aqui para fazer uma discussão que é fundamental para o futuro deste País. Vou me reservar a lhes falar sobre o projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados, posteriormente, quando me for dada a palavra para fazer a minha palestra junto com o Senador Jorge Viana.

Quero apenas saudá-los, dizer que vivo uma grande satisfação por estar novamente aqui em Chapecó e aqui no oeste catarinense.

Sejam todos bem-vindos!

Viva o Oeste! Viva Santa Catarina!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Faço o registro também do grande trabalho que V. Ex^a faz no Senado Federal à frente dessa cadeira que é do Estado de Santa Catarina, defendendo muito bem o seu Estado e o povo brasileiro. Mas principalmente a sua atuação nesse momento em que V. Ex^a é Relator, na nossa Comissão de Agricultura, também, e nas demais comissões e a sua dedicação para que tenhamos um Código Florestal que atenda a toda a população brasileira.

Passo a palavra agora ao Deputado Valdir Colatto, Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura no Congresso Nacional. Peço para que o Deputado nos ajude com relação ao tempo, nós temos pouco tempo, e precisamos ouvir a sociedade chapecoense.

V. Ex^a tem cinco minutos.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Obrigado, Senador Acir Gurgacz, de Rondônia, nosso Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Senador Jorge Viana, Relator da Comissão do Meio Ambiente, Senador Luiz Henrique, nosso ex-Governador, que nos ajudou a aprovar aqui o Código Ambiental Catarinense, que, com certeza, fez eco no Brasil, e nós trouxemos o



Senado Federal, aqui, hoje, em Chapecó, para discutir esse assunto, criado numa discussão aqui de Santa Catarina.

Quero cumprimentar o Senador Aloysio Nunes, nosso Senador, ex-colega lá da Câmara; Senador Casildo; Senador Reditário Cassol; Celso, nosso colega de bancada; o Zonta – uma alegria tê-lo aqui – nosso sempre deputado; João Rodrigues, Secretário da Agricultura; Caramori, os dois Caramori aqui – o prefeito e o deputado; Deputado Dresch, Deputado Tozzo; Deputado Marcos Vieira, que esteve aqui; enfim, cumprimento cada um.

Mas também eu precisava, Presidente, cumprimentar aqui e agradecer a todos os produtores rurais que estão aqui presentes. Há uma frase que nós sempre lembramos e acho que é uma verdade: “Se você já comeu hoje, agradeça a um agricultor”. Se o agricultor não planta, a gente não almoça e não janta. Essa é uma realidade de cada agricultor, para quem quero deixar um abraço. Vocês são as autoridades, vocês são a causa desta audiência pública.

Quero agradecer ao Senado Federal por vir aqui em Chapecó, discutir com cada um. E tenho certeza de que nós, exatamente como falou o Senador Aloysio, queremos ouvir a sociedade catarinense, para que eles nos deem as luzes sobre o Brasil real, para que nós, Congresso Nacional, possamos fazer uma lei que venha ao encontro da realidade catarinense e brasileira.

Queria cumprimentar aqui a Faesc, a Fetaesc, a Fecoagro, as cooperativas, todos aqueles que nos ajudaram neste processo e nos auxiliaram para que isto acontecesse. Quero cumprimentar cada um que trabalhou, não vou nominar, porque o Presidente já me deu o prazo.

Mas, Presidente, eu precisava dizer o meu obrigado aos Senadores por terem vindo a Chapecó, em Santa Catarina, ouvir os nossos agricultores. Quero dizer que aqui, em 2004, começamos esta discussão, e, junto com a Epagri, com alguns engenheiros agrônomos, colegas nossos, fizemos um levantamento e aplicamos o Código Florestal, o 4.771, em Santa Catarina, para ver o impacto que daria. Seriam 32 mil propriedades que seriam extintas nesse processo, se aplicássemos o Código. Levamos ao então Governador Luiz Henrique, e ele disse: “Vamos fazer um código”. E nós dissemos: “Como vamos fazer isso?” Fomos buscar na Constituição Federal, art. 24, a legislação concorrente. E, com isso, começamos a trabalhar o código de Santa Catarina. Foi feito o código, levando-se em conta que os Estados poderão legislar concorrentemente, e a União fazer a legislação geral para o Brasil. E foi assim que foi feito.

O destino quis que a gente fosse deputado. Apresentamos o Projeto 5.367, que é o Código Ambiental Brasileiro. O Código Ambiental, Presidente, não o Código Florestal. Uma proposta de um pacto federativo descentralizado, para que nós possamos fazer uma nova legislação ambiental. E aí, com o projeto apensado a outros projetos, começou a criação da Comissão Especial, pelo Presidente Michel Temer, a Câmara aprovou e agora está na mão dos senhores



para a revisão. Com certeza, com a sabedoria, com a experiência, o Senado vai melhorar o nosso projeto da Câmara. Melhorando e votando o quanto antes possível, o projeto volta para a Câmara para nós votarmos aquilo que foi modificado no Senado, e o projeto segue para a Presidente da República para sanção.

Mas eu queria falar aqui, Senadores, duas questões importantes. A primeira, a questão de descentralizar a questão ambiental. Nós precisamos fazer normas gerais, como diz a Constituição, na União; e, aqui nos Estados, fazer a legislação do Acre, do Senador Viana; de Rondônia, do Senador Acir; de São Paulo, do Senador Aloysio; de Santa Catarina, para que cada Estado possa trabalhar conforme suas peculiaridades.

Se cada um destes que estão aqui, Senadores, pudessem falar, com certeza, eles diriam: "Ajudem-nos." Se nós não mudarmos essa legislação, 80% dos catarinenses estarão inadimplentes, falando na questão ambiental. As cooperativas, a Federação, todos sabem, os engenheiros agrônomos sabem. Aliás, nós temos o apoio da Confederação Brasileira dos Engenheiros Agrônomos para esse código, da Associação Catarinense, do Sindicato dos Agrônomos, que são os profissionais dessa área e que conhecem o processo. E nós queremos trabalhar técnica e cientificamente esse processo.

Por isso, dois pontos fundamentais: essa questão de o Estado poder legislar descentralizadamente, e nós termos as áreas consolidadas. É fundamental, todos aqueles que estão aqui, na beira do rio Uruguai, e em outros rios, Deputado Zonta, terão que sair, se estiverem a 500 metros do rio ou a 30 metros, ou na encosta, ou no topo. Isso não é possível!

Presidente, queria dizer aqui o seguinte: se nós não respeitarmos a legislação das áreas consolidadas urbanas e rurais, muitas casas, muitos prédios terão que ser derrubados na área urbana. Mas, também na área rural, iríamos expulsar mais de dois milhões de agricultores. Nós não vamos fazer isso, tenho certeza, e o Senado não vai fazer.

Obrigado. Desculpe-me pelo tempo.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço a presença do Deputado Mauro de Nadal, Deputado Estadual, e o Deputado Federal João Rodrigues, Secretário da Agricultura, que representa o Governador Raimundo Colombo.

Passo a palavra ao Vice-Presidente da Comissão de Agricultura na Câmara Federal, Deputado Celso Maldaner, pedindo também para que nos ajude com o tempo.

Muito obrigado.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB – SC) – Permitam-me, Senadores, colegas Deputados, estaduais e federais, em nome do nosso ex-Governador Luiz Henrique da Silveira, gostaria de cumprimentar a todas as



autoridades que já foram nominadas pelo protocolo, especialmente também cumprimentar aqui a Fetaesc, a Ocesc, a Faesc, a Fecoagro, a Epagri, enfim, todas as entidades estão prestigiando e são responsáveis também por este encontro.

No tocante ao Código Florestal brasileiro, que é o assunto que estamos discutindo – e viemos mais para ouvir hoje aqui –, queremos um Código Florestal brasileiro que traga o desenvolvimento sustentável. Nós não podemos ter a visão do Código Florestal brasileiro que cuida só da questão ambiental. Tem que cuidar da questão ambiental, mas com justiça social, tem que ter viabilidade econômica, que é importante. Quer dizer, tem que congregiar tudo. Nós temos que ter essa visão. Daí as mudanças no Código Florestal brasileiro.

Quando foi instituído, em 1975, pela Lei nº 4.771, era ótimo o Código Florestal brasileiro. Ele era muito bom. Eram 5 metros de mata ciliar; em pequenos córregos, até 5 metros. Mas depois vieram as pressões, vieram as ONGs internacionais. Na década de 70, no Clube de Roma, reuniram-se os universitários e viram que o nosso Planeta estava perdendo muitos recursos naturais. Aliás, perdeu-se tudo praticamente nos Estados Unidos e na Europa. Aí os países ricos, os países desenvolvidos viram que não poderia continuar a mesma situação nos países em desenvolvimento. Teria que ser feita alguma coisa. É por isso que, agora, nós aqui, que somos o país que tem 60% do seu território nacional de floresta... Qual é o país que tem?

E, mesmo mudando o Código Florestal brasileiro agora, como estamos mudando, nós somos o único país que tem reserva legal. E não vai haver nenhum país que vai ter uma legislação tão avançada, mesmo com as mudanças que estamos propondo.

Então, é nesse sentido que estamos aqui, para ouvir a todos, para a gente melhorar. E confiamos nos Senadores. Como já votamos na Câmara Federal, com a experiência do nosso ex-Governador Luiz Henrique e demais Senadores, eu tenho a certeza de que vamos chegar a um bom termo na questão do que está consolidado, na questão de legislar concorrentemente, porque a nossa situação é diferente da do Estado do Amazonas, por exemplo. Nós confiamos e temos a certeza. Viemos aqui para ouvir, e vamos chegar a um bom termo, e, como se diz, com harmonia, com equilíbrio, e a nossa Presidente Dilma, com certeza, não vai vetar e vai aceitar o pensamento do Congresso Nacional e do povo brasileiro.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado, principalmente por sua colaboração.

Eu convido agora o engenheiro agrônomo José Carlos Paiva Filho, para entregar um documento em nome da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina.



O senhor pode se dirigir à Mesa. *(Pausa.)*

E também convido o Sílvio Valcarenghi, que é do Sindicato das Indústrias Cerâmica, de Olarias e Mármore de Chapecó, para que também faça a entrega do seu documento. Se quiser fazer uso da palavra... *(Pausa.)*

Por favor, podem vir aqui na frente.

O senhor tem três minutos para fazer a sua colocação, e nós agradecemos.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIVA FILHO – Queria cumprimentar o eminente Senador Luiz Henrique da Silveira e, em seu nome, todos os Senadores aqui presentes. Cumprimentar o Deputado Federal e engenheiro agrônomo Valdir Colatto e, em seu nome, cumprimentar todos os Deputados Federais aqui presentes. Cumprimentar os Deputados Estaduais aqui presentes, como também os produtores rurais.

E, em nome dos engenheiros agrônomos do Estado de Santa Catarina, represento, nesta ocasião, as dez entidades de classe constitucionalmente organizadas neste Estado, que agrupam cinco mil engenheiros agrônomos. Nós, no nosso VII Encontro Estadual de Engenheiros Agrônomos, conjuntamente com o pronunciamento do engenheiro agrônomo Valdir Colatto, consideramo-nos na obrigação e na responsabilidade de trazer ao Senado a proposta dos engenheiros agrônomos de Santa Catarina, dentro da ciência e da tecnologia, deixando a ideologia para segundo plano. Queremos trazer nossa proposta aos Srs. Senadores que, nesta nova etapa, têm a responsabilidade de fazer com que os nossos produtores estejam cada vez mais seguros pela produção, principalmente os produtores de Santa Catarina, para que nós possamos, num breve espaço de tempo, ter concretizado o nosso Código Florestal.

E, com certeza absoluta, na pessoa do nosso Senador da República Luiz Henrique da Silveira, que é o nosso relator nas três comissões, e mais o nosso Senador Jorge Viana, temos certeza absoluta de que este documento que ora entregamos não vai ser um documento somente para formalizar este ato, e, sim, um documento para o qual darão toda a atenção, porque fala e representa a vontade do engenheiro agrônomo de Santa Catarina e a vontade do produtor.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado ao engenheiro agrônomo José Carlos.

Pode se dirigir ao Senador Jorge Viana e entregar a S. Ex^a o documento. *(Pausa.)*

Eu convido o Sr. Sílvio Valcarenghi para também fazer uso da palavra, representando as indústrias cerâmicas e olarias de Santa Catarina.

(Palmas.)

O SR. SÍLVIO VALCARENGHI – Boa tarde, senhores.



Gostaria de cumprimentar o Presidente da Mesa e, em nome dele, estender os cumprimentos aos demais membros já mencionados pelo protocolo.

(Palmas.)

Falo aqui em nome do Sindicato da Indústria Cerâmica, de Olarias e Mármore da região de Chapecó, com abrangência desde Capinzal a Itapiranga.

Sobre as dificuldades em que essas empresas se encontram quanto à extração de matéria-prima devido à confusa legislação ambiental vigente, entendemos haver três tipos de compreensão que querem que permaneçam como estão.

Um primeiro ponto, os que não possuem conhecimento técnico da questão e, assim, querem que permaneça como está.

Um segundo ponto, os que querem mais dificuldade para, então, virem a oferecer e vender suas supostas facilidades.

Um terceiro ponto identificado é em relação aos influenciados pelas políticas externas, que querem nos fazer preservar, para que, em seguida, possam explorar, condicionando nosso direito de usufruir os bens ambientais com soberania ao cumprimento de uma série de pré-requisitos que, na maioria das vezes, não passam de mero papel burocrático.

Partindo desse ponto, somos gratos a estas Comissões pelo relatório até agora desenvolvido. No entanto, pedimos aos senhores que sejam consideradas, nessa nova legislação, as atividades de mineração, especialmente as causadoras de baixo impacto ambiental, como é o caso da região da extração de argila para a indústria de cerâmica, baseando-se em argumentos técnicos, com apresentação de estudos técnicos específicos por profissionais habilitados.

Como é do conhecimento dos senhores, o Brasil encontra-se hoje em um bom momento perante a economia mundial. Os especialistas no assunto relatam que a economia mundial está alicerçada em quatro pilares, quatro grandes economias emergentes, o chamado BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China, que significa “tijolo”, traduzindo do inglês para o português.

A partir disso, a gente gostaria de mencionar o nosso manifesto, entregando este documento para que seja analisado e considerado.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado ao Sílvio.

Convido agora o Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Santa Catarina, Sr. João Althoff, para fazer uso da palavra neste momento. (Pausa.)

Após o João, nós teremos o Sr. Neivor Canton, da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, na sequência, José Severino Pedrozo, da Federação de Agricultura do Estado de Santa Catarina e Alexandre Bergamin, da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf).



Sr. João, o senhor tem a palavra por cinco minutos.

O SR. JOÃO ALTHOFF – Inicialmente, eu queria saudar o Senador Luiz Henrique da Silveira.

A Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc) está presente em 197 sindicatos de trabalhadores rurais de nosso Estado, representando cerca de 160 mil famílias de agricultores em regime de economia familiar.

Senador, o movimento sindical da Fetaesc, preocupado com o êxodo rural, o que vinha fazendo com que, devido a pressões, o nosso agricultor tivesse que deixar a terra, vem parabenizar V. Ex^a pela iniciativa de ter encaminhado a proposta do Código Ambiental de Santa Catarina que, mesmo estando com ação de inconstitucionalidade lá no Supremo Tribunal, despertou um pensamento, despertou as autoridades e a sociedade brasileira.

Diante do exposto, Srs. Senadores, basta olhar para o número de pessoas aqui presentes – a maioria deles agricultores que deixaram seus afazeres para vir prestigiar este evento –, para perceber que se torna necessário, Sr. Senador, que o Senado Federal vote com urgência a proposta desse novo Código, que também seja atendida a questão da isenção, da averbação da reserva legal até quatro módulos rurais e que seja também atendida a questão das nossas áreas consolidadas.

É essa a reivindicação do movimento sindical de trabalhadores rurais da Fetaesc; é essa a reivindicação dos nossos agricultores do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. João Althoff.

Convido agora o Sr. Neivor Canton, representante da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, para usar da palavra.

Antes, porém, registro e agradeço a presença do Chefe-Geral da Embrapa Suínos e Aves de Santa Catarina, Dirceu Talamini.

O Sr. Neivor Canton se encontra presente? (*Pausa.*)

Então, passo a palavra ao Sr. José...

O SR. JOSÉ ZEFERINO PEDROZO – José Zeferino Pedrozo, Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina.

Quero saudar o Exm^o Sr. Senador Acir, que preside esta audiência pública, saudar o nosso sempre Governador, hoje Senador, Luiz Henrique da Silveira, saudar o Senador Jorge Viana, o Senador Casildo Maldaner, o Senador Cassol, o Senador Aloysio, as demais autoridades que compõem a Mesa, os Srs. Prefeitos, Deputados e os prezados produtores do nosso Estado.

No dia em que o Senador Luiz Henrique apresentava o seu relatório, nós nos deslocamos, com mais algumas lideranças do nosso Estado, para assistir



à leitura longa que chamou a atenção silenciosa de todos os Srs. Senadores presentes.

Naquela hora, tínhamos quase que a certeza de que a causa do produtor brasileiro que sofre já há algum tempo, essa insegurança dessas novas leis que surgiram, sem levar em conta o que ocorreu no histórico de todas as propriedades, estaria bem encaminhada.

Soubemos pela imprensa da sessão em que o Senado ouviu juristas de renome nacional e até internacional sobre o assunto. A imprensa relatou preocupação – muitas delas –, porque dava a impressão, segundo alguns autores de matérias jornalísticas, que muitos que criticam o atual projeto de lei do Código Florestal Brasileiro certamente não leem tudo que consta naquele instrumento legal.

Nós temos acompanhado e ficamos preocupados e tristes quando sentimos que dizem que haverá insegurança jurídica no País se o projeto for votado como está.

Nós lemos e, certamente, os Senadores todos leram e estão seguros de que essa dúvida não pode pairar na cabeça de nenhum brasileiro. Se houver alguma coisa a ser mexida nesse projeto de lei, não pode ferir a essência porque é consenso nacional.

Na Câmara dos Deputados, nós sofremos naquele dia, porque parecia que a voz da minoria era mais alta, mas, quando veio o resultado...

Acredito que agora, no Senado, pelo que nós conhecemos do que representam as pessoas que lá estão, será mais tranquilo, porque eles conhecem mais e melhor que os próprios Deputados Federais. São ex-governadores, ex-deputados federais, ex-deputados estaduais que lá estão, talvez haja alguma exceção, porque não conheço todos os Senadores. Quando estive lá, vi alguém bastante jovem, que talvez não tenha no seu currículo todo esse histórico.

Mas nós queremos dizer a todos os Senadores que os produtores de Santa Catarina colocam, nas suas mãos e na consciência dos senhores, com muita tranquilidade, a solução definitiva desse problema que aflige de maneira quase que unânime o produtor, principalmente o catarinense.

Nós somos um Estado abençoado porque temos muitos córregos, muitas fontes de água e, se não for levada em consideração a estrutura, a propriedade consolidada, não sei o que vai acontecer com aqueles que ainda resistem ficando no interior.

Por isso, a minha intenção aqui era só dar as boas-vindas aos Senadores, mas, ouvindo atentamente o que eles falaram, me chamou a atenção o que o Senador Aloysio falou, dando a explicação do que é uma audiência: é ouvir, mas levar em consideração o que for aqui afirmado. E eu digo aos Srs. Senadores: levem essa mensagem de Santa Catarina. Nós precisamos que o relatório do Senador Luiz Henrique, que conhece, porque nenhum governador conheceu mais esses interiores do que Luiz Henrique. Levem em consideração e,



na hora de votarem conscientemente, na certeza de que estão fazendo um bem ao Brasil: votem a favor do Código Florestal brasileiro!

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. José Zeferino Pedroso, agora, acertando o nome do nosso convidado.

Convido o Sr. Marcos Zordan, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, para fazer uso da palavra.

O SR. MARCOS ANTÔNIO ZORDAN – Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, senhoras e senhores, nós, do cooperativismo, para que os senhores tenham uma ideia, temos no Estado, hoje, 258 cooperativas com 1,126 milhão de associados que representam 11% do PIB estadual e que tem, sem dúvida nenhuma, feito um trabalho muito importante, como foi citado aqui por alguns dos senhores. Mas, antes de ser um diretor de cooperativismo, exerci e ainda em parte exerço o papel de médico veterinário. E conheço muito bem a região pela assistência técnica e desafio alguém que nos últimos 35 anos prove que esses produtores pioraram ou deixaram de cuidar do meio ambiente. Só melhorou nesses últimos 35 anos e eu faço parte dessa comunidade.

Então, nós acreditamos que não vai ser uma lei, pura e simples, que vai resolver os problemas. Se fosse, nós não teríamos a lei do desarme e o aumento dos assassinatos. Nós não teríamos uma lei mais rígida, uma lei seca e não teríamos o aumento dos acidentes por embriaguez. Se a lei resolvesse por si só, a própria corrupção não existiria mais. Então, a lei vem e deverá vir, mas o mais importante é o que nós fizemos através do cooperativismo, dos sindicatos, a educação, a responsabilidade. E isto o nosso agricultor tem: educação e responsabilidade, através da cooperação.

Hoje eu faço parte da diretoria de uma cooperativa que tem 58 mil associados, que tem 8,9 mil produtores de leite, que tem 3,6 mil de integrados de suínos, que tem 1,9 mil de integrados de aves, e eu desafio: pode ser em torno de 2%, 3%, 5% talvez por algum incidente, se alguém esteja produzindo prejudicando o meio ambiente. Todos com média em torno de 15 hectares de terra.

Então, é possível, sim, através da conscientização e da educação, não só nos preocuparmos com o meio ambiente como alguns se preocupam, mas de fato trabalhar e melhorar o nosso meio ambiente, que é o que nós temos feito.

Então, nós pedimos, em nome do cooperativismo, que nos deem a oportunidade de produzir, e não a luz de estarmos daqui a pouco, uma boa parte, morando debaixo de uma lona preta.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Marcos Zordan.



Convido agora o Alexandre Bergamin, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf).

O SR. ALEXANDRE BERGAMIN – Boa tarde a todos e a todas, aos agricultores e agricultoras, lideranças aqui presentes. Quero também saudar aqui o Presidente da Comissão, Luiz Henrique da Silveira, e, em seu nome, saudar e cumprimentar todas as demais autoridades e lideranças presentes nesta audiência pública.

Queria dizer que, para nós, este é um momento importante dessa discussão porque nós temos claro que esse novo Código ambiental brasileiro é um grande compromisso de garantir o desenvolvimento sustentável da agricultura deste nosso Brasil. Um desenvolvimento justo e principalmente um desenvolvimento que possa garantir também a preservação do meio ambiente. Sobretudo na nossa região oeste de Santa Catarina, se nós não cuidarmos da água, se não cuidarmos do meio ambiente, nós seremos os maiores prejudicados nesse processo de discussão do Código florestal, porque a nossa região é altamente produtora de proteína, de carne, de leite, de cereais e, para produzir isso, Pedroso, nós precisamos ter água. Se não, Aurora não produz, o agricultor familiar que cria suíno não consegue produzir, quem cria frango não consegue produzir. Nem mesmo a Sadia que, em 2009, na seca, buscou carretas e carretas de água do rio Uruguai para abastecer a empresa porque não havia água.

Então, não podemos nos iludir de que, sem água, vamos sobreviver, nós vamos continuar na produção. Por isso, temos claro que precisamos conciliar preservação ambiental com produção de alimento, que é o papel do agricultor e da agricultora familiar.

Diante disso, defendemos que o agricultor familiar que preserva precisa receber por preservar porque está prestando um serviço para toda a sociedade. Ele que preserva a água, que gera a hidrelétrica, que traz a luz, porque, se não tiver o agricultor que preserva a nascente de água, não tem água para girar a hidrelétrica.

É dessa forma que entendemos que o Código Florestal tem que olhar, dar essa condição de o agricultor prestar mais esse serviço à sociedade, que é o papel de preservar o meio ambiente e, por isso, ele precisa receber para preservar o meio ambiente.

Segundo, nós entendemos que a agricultura familiar tem que ter um tratamento diferenciado da grande propriedade, porque o processo é diferente. O agricultor familiar está em uma pequena propriedade e produz com a mão de obra da família e preserva bastante. Enquanto o grande produtor arrasa com o meio ambiente, como já aconteceu e podemos ver em qualquer lugar, principalmente no Mato Grosso, onde há grandes desmatamentos para fazer produção.

Por isso que entendemos que o Código Florestal tem que dar essa condição de diferenciar a grande propriedade da pequena propriedade.



Por último, nós entendemos que o agricultor não pode pagar o preço que está pagando para fazer averbação da sua propriedade. Entendemos que o Estado brasileiro tem que dar essa condição de o agricultor fazer sua averbação, fazer a sua preservação, mas o Estado tem que dar essa condição de o agricultor não ter que gastar R\$500, R\$1 mil, até R\$2 mil para fazer uma ratificação da sua escritura, da sua matrícula lá na propriedade.

(Palmas.)

Então, dessa forma que nós olhamos para todas essas autoridades presentes e pedimos que essas questões sejam consideradas na votação do Código Florestal, porque o agricultor não pode ser penalizado. O agricultor quer produzir, quer preservar e, para nós, o agricultor precisa receber para fazer esse serviço a toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Alexandre Bergamin.

Nós sabemos que o maior ambientalista é o nosso agricultor, o nosso produtor rural.

Convido o Sr. Mário Lanznaster, Presidente da Cooperativa Central Aurora, para fazer as suas colocações.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO LANZNASTER – Quero cumprimentar os Srs. Senadores, Deputados Federais, Estaduais, o Sr. Prefeito, cumprimentar a todos os presentes – um belo número de agricultores –, que, se estão aqui, é porque eles estão preocupados, estão preocupados para que o Senado dê, o quanto antes – claro que não se pode fazer com pressa demais –, uma solução para esses problemas que estão agonizando.

Existem agricultores que ainda não têm ciência – nem eu tenho, como engenheiro agrônomo que sou – de quantos metros devemos respeitar quando é um riacho pequeno. O Código Ambiental de Santa Catarina diz uma coisa; aquele aprovado pela Câmara diz outra. Se nós formos com o Código Ambiental de Santa Catarina, ótimo, porque as propriedades são pequenas e aquela parte mais fértil da propriedade está mais perto do riacho; é lá que está a parte boa. Às vezes, 10, 20, 30, 50 metros adiante já começa o morro. Aquele morro já não produz como deveria produzir. Vai mais uns metros e acabou a propriedade. Ele vai fazer o quê? Vai vender a propriedade e vai embora para a cidade. E fazer o quê na cidade? Isso que precisaríamos saber.

Não sei se existe hoje já uma perspectiva para isso. Mas eu, particularmente, seria a favor de que fosse adotado para isso aí o Código de Santa Catarina.



Um outro ponto. Soma ou não a reserva legal e aquela parte da área que é de preservação permanente? Se somar, dá 40% da área. Aí, estaremos mortos também. A nosso ver, não pode somar.

Outra coisa: nós temos um bom serviço de extensão rural aqui em Santa Catarina, e o Brasil inteiro tem. Por que não, quando há dúvida nas propriedades, fazer-se um laudo técnico? Isso é importante também.

Os nossos agricultores, há dez, quinze anos, quando você falava que não se pode produzir poluindo, eles ficavam até revoltados. Por quê? Porque a gente sabe que existe uma lei, de 1965, a lei foi lavrada, não foi fiscalizada e, depois, de uma hora para a outra, querem cobrar tudo; achar que agricultor é bandido.

Então, agora, virá uma lei nova e tomara que ela se enquadre dentro das necessidades das pequenas propriedades. A nossa região do oeste – foi dito pelos Srs. Senadores – é uma região bonita, é uma região de pequenas propriedades, é uma região que produz suínos, aves e leite, e não tem extensão territorial para mais nada. Nós precisamos trazer milho: 1,8 milhão de toneladas – não é pouco! – do Mato Grosso, do Paraguai, alguma coisa do Paraná, para alimentar os nossos suínos e aves. É claro que isso não está em discussão agora, mas nós gostaríamos que ficasse. Ou nós construímos ferrovias, ou as indústrias vão subir, e já estão subindo.

Então, nós temos que suprir isso. E agora, como já está em debate o meio ambiente, nós gostaríamos que fosse adotado o máximo do que existe no Código Florestal de Santa Catarina. Ele está assinado, mas FATMA não respeita, IBAMA não respeita, e o agricultor fica numa confusão desgraçada. Essa confusão tem que ser tirada o quanto antes.

Outra coisa: os agricultores têm uma vontade muito grande de produzir sem poluir. Eles estão melhorando muito. Temos até aqui, na região, trabalhos feitos com biodigestores, por exemplo, porque o suíno tem um volume de esterco bastante grande, bastante rico em matéria orgânica. Esses biodigestores que digerem matéria orgânica transformam em biogás e esse biogás é utilizado para geração de energia elétrica e, com isso, polui-se menos também o meio ambiente. Já existe um trabalho muito interessante. Mais tarde, tenho certeza, através da Faesc, através da Fetaesc, através da Ocesc nós vamos começar a pedir um pouco mais de empenho nesse aspecto.

Merece! O oeste catarinense merece continuar produzindo suínos, aves e leite. Esta é a nossa vocação. Se nós não fizermos isto, nós não vamos continuar muito tempo na atividade. E, se nós não fizermos exatamente isto, nós seremos propriedades semelhantes aquelas que você vê na Dinamarca, Holanda etc.; propriedades boas, onde possa alimentar bem os seus filhos, dar colégio etc.

O nosso governador fez um trabalho fantástico, Luiz Henrique, por oito anos. Ele prometeu um dia, num campo demonstrativo da Cooperalfa, o CDA, fui eu que cobre, pois era o então presidente da Alfa, que procurasse asfaltar



todos os acessos aos Municípios. E ele fez. Parabéns! Isso nunca vamos esquecer. Pelo menos o acesso ao Município; logo, logo vamos ter acesso também a algumas propriedades, a algumas comunidades maiores; mas isso aí foi feito. Já houve uma evolução muito grande.

Se o oeste vai bem é porque trabalha, luta e porque confia em que os Senadores fazem um bom trabalho.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Mário Lanznaster.

Convido o Janir de Oliveira Souza Júnior, engenheiro florestal, para fazer uso da palavra, da prefeitura de Xanxerê.

O SR. JANIR DE OLIVEIRA SOUZA JÚNIOR – Boa tarde, Senhores.

Eu vim falar aqui porque agora são 3:30 e o pessoal todo está com cara de sono. Sabem por quê? Porque até agora está todo mundo falando a mesma língua, está todo mundo defendendo esse código brasileiro.

Sou engenheiro florestal formado pela Universidade de Santa Catarina, mestrando na Universidade Federal do Paraná; engenheiro florestal também por lá. E, se esse código for aprovado como está hoje, não vale nada o meu diploma; não vale nada o meu diploma e o de muitos colegas que estão aqui. Os senhores agricultores aqui estão sendo enganados – enganados! –, porque os senhores nunca precisaram de leis para respeitar a natureza, como vêm respeitando. Essa lei vai servir para os grandes, e só para eles. Por isso que desperto, que venho puxar saco não de político nem de órgão algum, mas do meu Brasil, das minhas florestas.

(Palmas.)

Então, prestem atenção ao que está acontecendo aqui – e a minha mensagem é essa, Sr. Jorge Viana...

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Peço aos senhores que ouçamos o Sr. Janir.

O SR. JANIR DE OLIVEIRA SOUZA JÚNIOR – Eu agradeço as vaias, agradeço porque vim aqui fazer o contra, e quem estiver a favor vai ter espaço aqui; agradeço a oportunidade de falar, mas espero que esse código passe pelos cientistas, pelos engenheiros que estudaram, pelos agricultores, que nunca precisaram de lei. E que essa lei não seja feita à toa.

Muito obrigado.

(Manifestação das galerias.)



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Janir de Oliveira.

A audiência pública, senhoras e senhores, é para ouvirmos toda a sociedade, todos os pensamentos, de todas as pessoas: coisas que nós gostamos, coisas que nós aprovamos, coisas que não aprovamos. Mas é nossa obrigação e dever. Por isso que estamos aqui, para ouvir a sociedade brasileira.

Eu convido agora o Presidente da Secovi, Armelindo Carraro, para fazer a entrega do documento da Secovi-Oeste (SC).

O SR. ARMELINDO CARRARO – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Luiz Henrique da Silveira e cumprimentar o Senador Jorge Viana, e, em seus nomes, me permitam cumprimentar toda a Mesa principal, já nominada pelo protocolo. Quero cumprimentar todas as demais autoridades aqui presentes.

Inicialmente, gostaríamos de dizer que estamos aqui representando os sindicatos do mercado imobiliário do oeste catarinense, de balneário Camboriú, de Florianópolis, Tubarão, do Secovi-Norte, que é de Joinville, do Sul, que é de Criciúma e de Blumenau.

Também representamos a Federação do Mercado Imobiliário e do Creci – Conselho Regional dos Corretores de Imóveis, aqui representado pelo Sr. Ademir Roque Sander; e também representando o Sindimóveis, aqui representado pelo Sr. Carlos Schimin, e de trazer às mãos dos nobres Senadores a nossa preocupação com referência a essa proposta que pretende tratar do assunto das florestas nacionais.

A nossa preocupação, senhores, é inicialmente dizer que queremos reconhecer o trabalho que está sendo feito até aqui, exaustivos, dedicado e participativo; trazer uma proposta à sociedade brasileira e de que este é um momento extremamente importante para o Brasil, porque o mundo está de olho no Brasil. Eles suprimiram as suas florestas e, agora, exigem que nós mantenhamos as nossas. É claro que nós queremos fazer isso, porque nós entendemos que não precisamos ser obrigados a fazer, nós temos a consciência de fazer, porque homem e natureza devem crescer, progredir e evoluir respeitando-se mutuamente. E nós brasileiros demonstramos que sabemos fazer isso.

A nossa preocupação, do mercado imobiliário, Srs. Senadores e Deputados, é que este projeto está muito bem elaborado no que diz respeito as áreas de florestas e as áreas rurais. Mas, com referência às áreas urbanas, ele faz muito pouco ou nenhuma referência; e quanto a isso estamos muito preocupados. O Brasil já está se manifestando a esse respeito e nós trouxemos formalizado aqui um documento em que expressamos a preocupação, porque 85% da população brasileira, hoje, vive em áreas urbanas. Imaginem os senhores o impacto ambiental que isso traz; os cuidados que nós deveremos ter na expansão urbana, porque é ali que as pessoas se concentram, é ali que as pessoas convivem. Esta proposta não está dando o devido esclarecimento com referência a isso.



Em função dessa preocupação, nós trouxemos uma proposta, expressa neste documento, que diz o seguinte:

Solicitamos que seja suprimido do projeto todas as referências urbanas. Tudo o que trata do urbano seja suprimido do projeto e que seja aberta uma discussão para que esse tema das áreas urbanas seja discutido no Estatuto das Cidades.

E aí ele contempla, especificamente, a expansão urbana. E também de que este assunto seja remetido à lei estadual que foi elaborada na gestão do então governador Luiz Henrique da Silveira – hoje Senador – e é uma legislação que atende às nossas necessidades.

Sendo aprovado da forma como está, eu duvido que algum prefeito consiga adequar esta lei que está sendo proposta com o plano diretor da sua cidade; eu duvido que ele consiga fazer isso. Vai ficar totalmente perdido e as cidades ficarão emperradas, sem poder se desenvolver, aguardando definições pontuais de cada cidade.

E ainda, salientar que cada região tem a sua peculiaridade e assim deve ser tratada. O Norte tem uma característica específica, o Centro-Oeste, o Sul e assim por diante. Vamos atentar, já que estamos num momento de discussão para fazer uma lei que entre em prática e seja, depois, exigida, que se faça completa e que contemple todos os segmentos da sociedade.

Era isso, e muito obrigado. Vou passar às mãos dos Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique da Silveira as nossas propostas. Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Passo a palavra ao Secretário de Agricultura e Pesca do Estado de Santa Catarina, o Deputado João Rodrigues, representando o governo do Estado.

V. Ex^a tem cinco minutos para as suas colocações. Obrigado por colaborar conosco em relação ao tempo.

O SR. JOÃO RODRIGUES – Sr. Presidente, quero aqui saudá-lo, da mesma forma em nome do Senador Luiz Henrique, saudar toda a Mesa já nominada pelo protocolo, para economizarmos tempo, aqui, em nome do Governador Raimundo Colombo, trazer um abraço à Comissão e parabenizá-los porque no dia de hoje o Senado da República traz para o principal palco o principal debate, que é o Código Florestal brasileiro. É aqui, no oeste de Santa Catarina, onde temos o principal pólo da agroindústria brasileira; o maior número de famílias ou de propriedades familiares aqui está localizado.

Se os senhores me permitem, na qualidade de Deputado e Secretário de Estado, também deixar a nossa mensagem a esta Mesa. Primeiro, parabenizando; segundo, ouvindo atentamente a manifestação do nosso engenheiro florestal de Xanxerê. A Democracia nos permite isso; é assim que



funciona a democracia brasileira e é para isso que o Senado aqui está. Agora, é importante o setor produtivo do Estado ficar atento.

Nós temos no Estado de Santa Catarina mais de oito mil agricultores familiares com muitas a serem pagas, notificações que foram feitas em suas propriedades, porque estão cometendo, obviamente, ilegalidades devido a uma legislação que não está clara. Apesar do esforço do nosso ex-governador, Senador Luiz Henrique –que nasceu aqui em Chapecó –, por ocasião de um ato público entre o governo do Estado, com a presença da governadora Yeda Crusius, o debate para a discussão do Código Ambiental de Santa Catarina, que gerou um debate nacional e que vem agora, depois de passar pela Câmara dos Deputados, que não é perfeito, obviamente, mas que é bem melhor do que aquilo que aí está. E agora, com audiências públicas como esta, se procura melhorar cada vez mais, certamente a maioria dos produtores que aqui presentes não estão compreendendo exatamente parágrafo por parágrafo dessa nova legislação. Agora, o que todos entendem é que deva existir uma legislação que permita ao agricultor plantar, colher, produzir e sustentar a sua família. É somente isso o que espera.

Depois de todos os debates, obviamente que o Senado há de votar. O ideal, cada um acha que é de um jeito. Mas o ideal é que cada Estado possa legislar sobre a sua realidade. Não existe como um lei única para o Brasil inteiro; para que a propriedade no interior do Sul do Brasil, Nova Itaberaba, seja tratada como uma propriedade do interior do Amazonas.

Então, é importante que pudesse caber nesse novo Código a liberdade de cada Estado debater e discutir a sua situação.

De qualquer forma, meus amigos, observando mais uma vez, atentamente, esse moço na sua declaração, precisa cumprir sim. A lei está aí para ser cumprida; o produtor pode ser punido a qualquer momento, a qualquer minuto se a sua propriedade não estiver 100% do que diz a legislação brasileira. E a grande parte das propriedades, principalmente as de grande porte do interior do Estado, se formos cumprir a lei, estão na ilegalidade. É esse o esforço.

Não é necessário puxar-saco de político; ninguém precisa disso. O que é necessário é respeitar os bons políticos deste País, não os canalhas que se utilizam do voto do povo brasileiro para enganar as pessoas, para enganar os que trabalham, para se apropriar daquilo que não lhes pertence.

(Palmas.)

Por isso, finalizo, em nome do governo do Estado de Santa Catarina, e o nosso agradecimento aos senhores que aqui vieram, pedindo a todos uma salva de palmas aos bons homens, que vieram para ouvir o que pensam os que trabalham, os que plantam e os que sustentam este País.

Obrigado a todos os senhores.

(Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado ao Deputado e Secretário João Rodrigues.

Lembro aos que quiserem participar da nossa audiência pública, que nos assistem pela TV Senado, ou nos ouvem pela Rádio Senado, que podem fazê-lo pela Internet, pelo endereço www.senado.gov.br/alosenado ou pelo Twitter @alosenado ou também pelo telefone 0800612211, lembrando que a ligação é gratuita.

Nós temos dois questionamentos. Um feito pelo Valdomiro Trento, de Santos, em que ele coloca o seguinte:

Sugiro a V. Ex^a que as terras destinadas pelo Governo federal à reforma agrária devam ser cedidas pelo regime de comodato por até 25 anos renováveis. Sugiro, ainda, que as secretarias estaduais de agricultura e o Ministério da Agricultura prestem assistências técnicas necessárias. Acrescento que os Municípios devem ajudar na produção dos agricultores.” Segundo ele, “caso não haja produção, o comodato deve ser cedido, obrigatoriamente, a outros novos comodatários.

Essa é a opinião de Valdomiro Trento, que mora na Av. Senador Pinheiro Machado, 1.020, no bairro Marapé, na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Muito obrigado pela sua participação e colocação.

E o Pedro Lopes Guimarães, de Salvador, Bahia, do bairro Cabula, diz o seguinte:

“Questiono os senadores se o novo Código Florestal vai cumular nas pequenas propriedades a APP com reserva legal para os imóveis com até quatro módulos rurais.”

Acrescenta que:

Considerando o custo dos agrônomos, agrimensores ou engenheiros florestais, e as dificuldades para os pequenos e médios proprietários rurais, se não seria conveniente a Nação promover a Semana da Reserva Legal, facultando a todos os proprietários e possuidores a comparecerem aos escritórios de registro de imóveis, cartórios, e declararem, através de simples croquis, a localização de suas reservas legais, dentro dos limites dos seus imóveis, para que posteriormente os órgãos ambientais confirmem essas averbações preliminares.

Agradeço, também, ao Pedro Lopes Guimarães pela sua colocação, lembrando que aquelas propriedades até quatro módulos não terão reserva legal, apenas APP.

(Palmas.)



Esta é a nossa colocação, a grande expectativa da Comissão de Agricultura e acredito que também dos nossos relatores.

Mais uma vez informo aos nossos telespectadores que querem participar, que o façam. Nós temos aqui várias questões, vários questionamentos que chegaram pelo e-mail, pelo 0800 e também pelo Twitter. Nós levaremos e faremos as respostas individualmente. Aqueles que quiserem continuar participando, podem fazê-lo por meio da Internet endereço www.senado.gov.br/alosenado ou pelo Twitter @alosenado ou também pelo telefone 0800612211.

Continuando os nossos trabalhos, eu concedo a palavra ao nobre Senador e Relator na Comissão de Meio Ambiente, Senador Jorge Viana.

V. Ex^a tem dez minutos para fazer as suas colocações e, quando faltarem 10 minutos, lhe avisarei.

Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Mais uma vez, obrigado pela presença de todos. É muito importante para nós do Senado uma audiência como esta.

Como bem disse uma das pessoas, nós do Senado respeitamos tanto, com todo o respeito aos demais, como bem disse o nosso Senador Aloysio Nunes, Senador por São Paulo, uma pessoa que foi Ministro, Secretário, Parlamentar, com uma experiência de vida muito rica, e tem o equilíbrio e a experiência necessária para ajudar tanto a mim quanto ao Senador Luiz Henrique nessa hora em que temos uma missão tão desafiadora, a de colaborar com o País na elaboração da nova lei ambiental que é o Código Florestal.

Eu queria dizer, primeiro, que é muito normal a gente ver o que a gente viu aqui, um certo desentendimento, idéias divergentes. Mas, como disse o Senador Aloysio Nunes, foi um clima de confronto, de um certo enfrentamento que dificultou a condução mais serena dessa matéria na Câmara dos Deputados. Nós, no Senado, estamos tendo a oportunidade, sem confronto, de ouvir todos. Ouvir a recomendação de alguns, o apelo de outros, o pedido de outros. É uma matéria complexa, não estamos falando de uma lei ambiental que estabeleça algo distante. Não, nós estamos falando de uso do solo no Brasil, estamos falando de problemas do passado, mas, ao mesmo tempo, estamos tentando estabelecer algo que possa ser muito importante para o futuro. É uma matéria que envolve muitos interesses: do econômico até mesmo as convicções de muitos brasileiros, o que é muito importante, de preocupação com o meio ambiente, que é um bem comum para todos nós.

O mundo inteiro, hoje, discute mudança climática. Nós estamos em um Estado... E eu queria, aqui, prestar a minha solidariedade, aproveitando a presença de todos, ao Senador Luiz Henrique, Senador Casildo Maldaner, do prefeito, a todos os senhores, pelas dificuldades que Santa Catarina tem passado nos últimos dias em relação aos acidentes naturais, com cheias que danificaram a



vida de muitas pessoas que têm dificuldades de levar a sua vida adiante. O mundo inteiro, hoje, está tentando estabelecer limites – e não importa o país – para um processo que criou quase que um consenso entre os cientistas, conhecido como mudanças climáticas.

No ano que vem o Brasil irá sediar o mais importante evento do mundo, com a presença de presidentes de mais de 150 países, para discutir critérios e regras para que o mundo não siga mudando a temperatura, senão iremos pagar um preço muito alto, especialmente, a população mais pobre e aquele que depende do clima para produzir, para plantar e para criar.

Eu, às vezes, fico me pegando... Eu técnico agrícola, sou filho de uma pessoa apaixonada pela produção e criação; sou engenheiro florestal; e, agora, depois de ter sido prefeito e governador, por oito anos, do Acre, estou começando o meu mandato como Senador da República. Eu, às vezes, fico me pegando: vejo produtores, legitimamente – eu não estou aqui para fazer nenhuma repreensão – fazendo um combate, produtores, ao meio ambiente. Mas eu digo: “meu Deus, não há nada mais perto do que produtor e meio ambiente”. Com o foi dito aqui também, os produtores cuidam da água, do solo, porque sem isso eles não conseguem alimentar a sua produção.

Eu acho que durante muito tempo houve um desencontro, e o Senado quer ajudar para que haja um encontro; um encontro do bom senso, a solução. Mas, para isso, nós temos que pensar sobre as nossas convicções pessoais. O ex-Ministro Jobim, outro dia, no Senado, citou a frase de um grande escritor, conhecido no mundo inteiro, que disse que “o maior adversário da verdade não é a mentira” – vou repetir – “o maior adversário da verdade não é a mentira; às vezes, o maior adversário da verdade são as nossas convicções”.

Então, temos que deixar pelo menos parte das nossas convicções, ouvir a dos outros, para tentar achar o que possa ser melhor para o nosso País.

Eu estou em uma região, aqui, Chapecó... Vocês são um bom exemplo, não um exemplo ruim. Mas nós temos outras regiões do País que são o exemplo ruim, de maus tratos ao meio ambiente, de descuido do solo, de uso equivocado da água.

Gente, nós vivemos em um país tropical, mas água é um recurso escasso no mundo e, até aqui, no Estado, tem demais em alguns momentos, mas falta em outros.

No meu Estado, o Acre, nós estamos vivendo incêndios florestais. Como engenheiro florestal, eu aprendi que não existe incêndio – não estou falando de queimada – em floresta tropical. Lamentavelmente, está começando a existir. Eu era governador e vivi a maior seca na história do Acre, em 2005; a floresta pegou fogo.

Não estou querendo com isso fugir do problema. Meu tempo é limitado e temos que ouvir o meu querido colega Senador, ex-governador daqui, sempre governador, que está com a missão – e eu estou tentando estar junto,



ajudando – de dar o primeiro passo em busca de uma lei que possa atender aos interesses do País e, ao mesmo tempo, demonstrar claramente uma preocupação com o meio ambiente: Senador Luiz Henrique.

Nós estamos agora em uma situação que a primeira proposta que estamos amadurecendo, e estou feliz por ser um dos que está apresentando essa proposição, é separar o problema que temos hoje no Brasil senão não haverá entendimento. Nós temos um problema, o passivo ambiental, um problema criado ao longo dos últimos anos pelas mudanças na legislação, por alguma situação de desencontro entre os que estão produzindo com o regramento legal, que nós chamamos de passivo ambiental de uso do solo. Nós temos que resolver esse passivo para trás, sem sair por aí prendendo gente, ameaçando as pessoas com multas que não podem ser pagas por conta de uma lei que, em muitos aspectos, é confusa.

Então, estamos pensando em dividir em disposições transitórias aqueles itens da lei, aqueles artigos e capítulos que irão tratar do que nós temos que resolver de passivo ambiental. E, nas disposições permanentes, as regras para o futuro, para que os erros ou os problemas que nós tivemos no passado não possam se reproduzir. Para isso tem que ter segurança. Se nós fizermos isso, começa a se encontrar uma solução para o problema.

Segundo, estamos em uma das regiões do País que é um exemplo. Andando de avião ou de carro, entrando nas propriedades, essa é uma região que representa aqui o oeste catarinense, nessa parte em volta de Chapecó, 0,3% do território brasileiro e é responsável por mais de 5% da produção de proteína animal do nosso País. Isso é muita coisa, isso é um exemplo positivo.

Os senhores podem falar com autoridade que têm problemas, sim, em um lugar ou noutro, mas aqui é uma referência positiva de pessoas que em cada propriedade reservaram uma parte da floresta, da mata para poder atender à própria propriedade e o equilíbrio ambiental. É visível isso, não precisa ter confusão. Os ajustes que precisam ser feitos são exceção.

Mas, eu queria dizer, inspirado até no que acontece em Chapecó, onde mais de 80% das propriedades são menos de 15 hectares, nós podemos, devemos, para começar a sermos justos, separar, dentro da proposta do Código, o que é produção familiar, o que é pequena propriedade, o que é média e o que é grande. Não é para discriminar a grande...

(Palmas.)

Não é para ter nenhum problema de sair, mas é para poder trabalhar com a realidade do País: há mais de cinco milhões de pequenas propriedades no Brasil. Se nós separarmos isso, a gente começa a fazer justiça, que é cuidar e tratar de maneira diferente quem é diferente.

O pequeno produtor, amigos, não está capitalizado para fazer um a recuperação na sua propriedade, seja de reserva legal, seja de APP. Vai tirar alguma atividade produtiva dele e vai entrar um custo. Nesse aspecto, o Governo,



o nosso País vai ter que criar uma política de incentivo, de crédito, inclusive subsidiado, para a gente trabalhar pelo meio ambiente quando necessário; vai ter que ter um custo, e não pode ir para o bolso do pequeno produtor ou do produtor. Mesmo o médio e o grande têm que ter um sistema de mercado de financiamento para que o meio ambiente saia ganhando, porque vai ter um custo para a implementação do novo Código.

A Presidente Dilma tem me falado que o Governo está preocupado com a pequena produção e uma das poucas que o Governo está pedindo – está confiando no trabalho dos Senadores – é que a gente dê um tratamento diferenciado entre a produção familiar – e eu estou avançando um pouco –, a produção de subsistência. Eu acho que temos que definir o que é pequena propriedade no Brasil, sob pena de aqui, no Sul, termos 40 hectares, quatro módulos, que vão abarcar uma boa parcela da produção, mas, às vezes, você vai ter pessoa com 45, com 50 que vão ter um tratamento diferente. E será que 45, 50 não é pequena propriedade?

Então, estamos procurando fazer esses ajustes. Nós precisamos fazer esses ajustes.

Cidades.

É claro, quase 85% da população mora nas cidades.

Sr. Presidente, já estamos com dez minutos e peço mais uns dois para tentar concluir.

O Código Florestal, minha gente, é uma lei que vai do campo à cidade. Mas veja que contradição, Senador Luiz Henrique, o senhor que já foi prefeito, governador e, agora, é Senador novamente, e Senador Aloysio, o Código Florestal vê a cidade, hoje, como extensão da área rural, e a cidade não enxerga o Código Florestal. E aí 85% da população mora na cidade e temos uma situação para resolver.

Então, tem que ter um capítulo no Código Florestal... Sim, porque estamos falando de uso do solo, de proteção do meio ambiente. Eu sou presidente de uma Comissão, junto com o Senador Casildo, que é o relator, preocupada em mudar o regramento nosso de defesa civil; nas cidades a gente enxerga APP; nas cidades as encostas, às vezes, derretem e destroem famílias inteiras e não há reparo. Não é porque às vezes não têm cobertura vegetal não, eu estou falando de solo, de área de risco. Nós temos que trabalhar isso, que é fundamental.

Então, trabalhar a cidade dentro dessa lei para que depois as prefeituras, as leis de uso do solo dos municípios possam fazer a parte dela.

Eu queria aqui, concluindo, dizer que esse Código também tem trazer uma política para aqueles que cuidaram do meio ambiente. Nós não podemos tratar de maneira igual pessoas que são diferentes. Tem muita gente aqui que tem a sua reserva legal. Ah, está havendo um problema de desencontro nas 15 hectares, que são em média uma propriedade da maioria dos produtores, mas nós temos que criar uma política – e estávamos discutindo, vindo para cá,



com o Senador Aloysio, com o Senador Acir e outros – de mecanismos de incentivo para aqueles que cuidaram do meio ambiente.

Então, estou aqui para ouvir; é uma audiência pública e estou contente com o que estou vendo e com o que estou ouvindo. Agradeço a oportunidade e o convite. Podem ficar certos de que vamos trabalhar muito no Senado, e não para discutir quem ganha e quem perde, mas trabalhar ouvindo os dois lados, os três lados, os lados que tiverem para que o Brasil saia ganhando, para que o meio ambiente não perca, mas que a gente saia dessa insegurança, desse confronto que a gente tem hoje, parecendo que são adversários aqueles que produzem e a preocupação do meio ambiente.

E olha, o pior que a gente pode fazer é dizer: olha, mas no outro país é isso, é aquilo. Sinceramente, gente, o Brasil não é um país da Europa, não é igual aos Estados Unidos; o Brasil é completamente diferente. E do mesmo jeito que não é bom os outros darem palpite no que estamos fazendo aqui, a gente não precisa ficar cuidando dos outros. Nós temos que fazer uma lei para o nosso País, para a história do nosso povo, para o Brasil prosseguir produzindo e ganhando o respeito do mundo por estar aumentando produtividade e produção, mas também quero ajudar o meu País, para que minha filha, os filhos das minhas filhas possam também se orgulhar e eu também de que nós cuidamos bem do meio ambiente, porque ele é parte das condições que temos que reunir para poder produzir mais.

O Senado tem um clima diferente, um ambiente diferente, e com a ajuda dos senhores, que são os representantes da realidade real, não tenho dúvida alguma de que vamos fazer os ajustes e as correções que a lei votada na Câmara precisa, sem que com isso signifique que estamos fazendo uma ação contra os que produzem; ao contrário. Mas que a nossa ação seja em favor dos que produzem.

Estou seguro de que o Senador Luiz Henrique vai levar adiante agora essa nossa preocupação – estamos buscando juntos – de fazer com que resgatemos a confiança do Brasil, suprapartidariamente, no Senado, e que possamos ter uma lei onde um ou outro lado pode perder, mas quem não pode sair perdendo é quem trabalha, quem produz, quem não pode sair perdendo é o Brasil, e o Brasil vai ganhar com o novo Código Florestal.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana, pelas suas colocações.

Passo a palavra agora ao nosso Relator, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Contemplo daqui milhares de pessoas que souberam, ao longo de suas vidas, perpetuar o ensinamento que receberam de seus pais, quando para cá migraram do Rio Grande do Sul; contemplo aqui as pessoas que dão o exemplo a todo País, porque souberam produzir e preservar. Estamos realizando essa audiência pública



sobre um projeto que é o mais importante em tramitação no Congresso Nacional para o desenvolvimento deste País. Repito, é o mais importante projeto em tramitação no Congresso Nacional para o futuro deste País.

Qual é o nosso desafio? Qual é o desafio do Senador Jorge Viana, Relator na Comissão de Meio Ambiente e o meu desafio? É o de fazermos uma lei que, ao mesmo tempo, garanta, com toda clareza e objetividade, a produção e a preservação, a preservação e a produção.

Floresta e terra lavrada, floresta e agropecuária são como irmãs xifópagas, irmãs siamesas. Agricultura depende do componente florestal para ter a água e assim também a pecuária de que precisa para suas atividades.

E a Nação precisa da agricultura, primeiro, para alimentar o seu povo; segundo, para continuar fazendo deste País um supridor de alimentos para todo o mundo.

O agronegócio já representa 40% das exportações nacionais. É ele que vem garantindo essa solidez econômica que o País está apresentando nesse cenário de crise mundial. E é preciso que nós garantamos nesta lei a continuidade do exercício dessa missão que foi confiada ao Brasil pela FAO, de aumentar a sua produção no sentido de atender aos desafios que estão colocados à nossa frente.

Fazer uma lei hoje ou tomar uma decisão administrativa não é mais seguir prioridades, é prognosticar posteridades. E qual é a posteridade que se apresenta como um grande desafio para o nosso País? A população mundial, que hoje é de 6 bilhões e 500 milhões, será de 9 bilhões e 100 milhões em 2050. E não há nenhum país que tenha vocação tão definida, que tenha terra e recursos naturais, a tecnologia da nossa Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e da nossa Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão rural de Santa Catarina, que quero saudar aqui, junto com a Cidasc – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina; não há país nenhum que tenha sol, terra, água, floresta, tecnologia, criatividade, capacidade produtiva para alimentar o mundo do que o Brasil.

Então é preciso que, ao fazermos essa lei, nós asseguremos esse destino à nossa Pátria.

Por outro lado, temos que assegurar a preservação dos nossos biomas, a preservação das nossas florestas, e isso não se resolve com polícia, isso não se resolve com opressão, isso não se resolve com ameaça; isso se resolve com uma lei inteligente, que seja capaz, como bem assinalou o Senador acreano Jorge Viana, de contemplar as situações do passado, de verificar que 30 anos atrás o governo incentivava a derrubada de mata para fazer agricultura em grandes áreas da Amazônia. Financiamentos não eram concedidos se 50% da terra, do gaúcho e do catarinense, que foram para o Mato Grosso do Sul e para o Mato Grosso do Norte, que foram para Rondônia, Senador Acir Gurgacz, meu Presidente, que foram para o Acre, que foram ocupar, como desbravadores, como bandeirantes esse imenso Brasil, incentivados por políticas nacionais, políticas



que deram resultado, porque fizeram que, em 30 anos, dobrasse a produção de grãos neste País, mas que criaram um passivo ambiental que nós temos que recompor. Essa é a primeira preocupação que temos nesse Código. E ela não é voltada aos pequenos, não. Assisti àquele jovem aqui, olhei para ele e disse: "Olha lá o Luiz Henrique com 18 anos." Eu era assim também, impetuoso, radical, agressivo. Mas ele está movido aqui por patriotismo, tanto quanto nós. Ele só não está é bem informado, porque 96%, por exemplo, das propriedades rurais catarinenses e minifundiárias serão beneficiadas por esta nova lei, ficarão livres das ameaças, dos termos de ajustamento de conduta, porque nós vamos fazer uma lei clara, que separe o joio do trigo.

Então, o primeiro desafio é este: garantir um equilíbrio entre preservação e produção. Segundo, olhar, verificar: mas esse pobre agricultor está plantando arroz na beirada do rio? Olhar para trás e ver: ele foi mandado para lá pelo governo que criou o Programa de Apoio ao Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (ProVárzea). Vislumbrar essas situações, regularizar esse passivo e dar ao produtor rural toda tranquilidade para ele trabalhar.

(Palmas.)

Meus caros amigos de Chapecó e de toda a região, assim nós vamos trabalhar, para corrigir os erros do passado e para criar para frente uma política inteligente, uma política de que a preservação tenha uma equação econômica e que a floresta passe a ser um ativo econômico.

Ainda na última quinta-feira, tivemos uma audiência pública no Senado e o Ex-Ministro do Meio Ambiente nos lembrou de uma coisa de que estávamos esquecidos: a única política florestal feita neste País foi a Lei de Incentivos Fiscais para o Reflorestamento. Por que não pensamos em incluir neste Código o programa de incentivos fiscais, mas aí não mais voltado apenas ao reflorestamento, voltado também para a manutenção dos ativos florestais? Essa é uma questão que estamos debatendo e debatendo muito fortemente nas audiências públicas.

A reserva legal é algo que existe no Brasil, como as APPs, mas não existe na Argentina.

Tem outro tema que interessa muito a todos vocês, sobre o qual estamos meditando, que não vamos tratar nessa lei, mas que vamos fazer chegar ao Governo como uma exigência do bom senso: estabelecer normas de restrições para importação de produtos agrícolas de países que não cumpram a mesma legislação ambiental que o Brasil.

(Palmas.)

Há uma crise da rizicultura brasileira. Os produtores de arroz estão passando uma de suas piores crises, e estamos importando arroz de tudo que é lado. Por que não podemos estabelecer uma barreira ambiental para produtos agrícolas estrangeiros, a fim de estabelecer uma isonomia com as leis do nosso País?



O leite do Uruguai – lembra o companheiro Celso Maldaner? – uma região que produz 5 milhões de litros/dia de leite, como é a nossa aqui. Essa é outra questão que queremos trazer ao debate.

Observo que já venceu o meu tempo e eu quero dizer ao final o seguinte: mudamos o ambiente, o clima de votação desta lei. Certo dia, na reunião conjunta destas Comissões, para ouvir os juristas, o Ex-Ministro Nelson Jobim disse uma grande verdade, pediu-nos que, ao invés de procurarmos marcar posições no exame deste Código, nós busquemos construções de artigo por artigo de uma lei que sirva ao País. Estamos nos guiando nesse sentido. Primeiro, fazer uma lei clara e objetiva, que não permita insegurança jurídica. Segundo, fazer uma lei que esteja plenamente alinhada com a Constituição. Terceiro, uma lei autoaplicável.

(Palmas.)

O projeto veio da Câmara com 33 artigos dizendo o seguinte: que aquilo que estava sendo dito na lei ia ser objeto depois de regulamentação. Eu limpei isso tudo. No projeto que apresentei na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tirei essas remissões, e, na remissão que era necessária, em assunto que é preciso ter alguma intervenção interventória, eu limitei a regulamentação a ato do Chefe do Poder Executivo Federal, porque são normas gerais que definem o que é utilidade pública, o que é interesse social e o que é baixo impacto ambiental.

Para definição de outras normas, além daquelas, que eu incluí no texto, só pode ser acionado um decreto do Presidente da República, não uma portaria de ato de qualquer ordem.

Então, senhores – para concluir –, estamos caminhando na direção do consenso. O Senador Jorge Viana e eu estamos trabalhando a quatro mãos. Vamos, após a aprovação do projeto quanto à definição de constitucionalidade, juridicidade e legalidade, na Comissão de Justiça, vamos verificar pontos polêmicos que ainda existem e vamos procurar fazer uma sintonia fina para, através da criatividade legislativa, apurar uma forma de consenso.

Quero agradecer aqui, Senador Acir Gurgacz, a sua presença, a sua aquiescência à realização nesta cidade que tem uma vocação irresistível, irrefreável, irremovível de ser líder.

Quero agradecer ao Senador mais votado da história deste País, Aloysio Nunes Ferreira, que trouxe aqui o peso dos seus 11 milhões de votos.

Quero agradecer ao catarinense Reditário Cassol, que representa no Senado o Estado de Rondônia, mas tem estado sempre conosco na defesa das questões do nosso Estado.

Quero agradecer ao meu irmão, meu companheiro, meu chefe, meu líder, Senador Casildo Maldaner, chapecoense nato que nos honra lá no Senado.



Quero agradecer aos nossos deputados federais, ao Valdir Colatto, que é um guerreiro nessa luta; ao Celso Maldaner, que é outro grande batalhador pela agricultura, pelo meio ambiente, pelo oeste catarinense.

Quero agradecer ao Secretário João Rodrigues – peço que agradeça ao Governador Raimundo Colombo, por representar a sua presença, e o endosso dele às nossas teses e às nossas lutas.

Quero agradecer ao Deputado Odacir Zonta, ao Deputado Elizeu Mattos, ao Deputado Marcos Vieira, ao Deputado Dirceu Dresch, ao Deputado Daniel Tozzo; ao Prefeito José Carlos Caramori e, em seu nome, saúdo todos os prefeitos; ao Deputado Mauro de Nadal.

Agradecendo a presença de todos, quero reafirmar aqui a minha luta por esta região. Sei que os Senadores que aqui vieram já estão conscientes disso, e eu defino três fatos como fundamentais para o desenvolvimento da região oeste catarinense: primeiro, a ferrovia do milho que, vindo de Dourados, no Mato Grosso do Sul, chegue até Chapecó, como disse o Presidente Mário Lanza naster há pouco nesta tribuna; segundo – importantíssimo, meu caro Deputado Reno Caramori, que representa aqui a Assembleia, a quem faço questão de saudar especialmente neste momento – o gás natural que, vindo de Campo Grande, por onde chega da Bolívia, atravesse, Senador Aloysio, o oeste de São Paulo, o oeste do Paraná, o oeste de Santa Catarina e chegue ao oeste do Rio Grande do Sul, já que o gás natural, que é energia pura, limpa, atende hoje apenas ao litoral.

Eu vivo uma angústia. Sou homem de Joinville, mas vivo uma angústia vendo que todas as grandes empresas querem se instalar no litoral, porque lá está o gás, e o gás é uma vantagem comparativa para novos e grandes investimentos; se não trouxermos, se conseguirmos essa luta de trazer o gás da Bolívia, não daremos ao oeste a vantagem comparativa que o seu povo merece.

Finalmente, a duplicação da 282 e da 470.

(Palmas.)

São três obras que estão na competência do Governo Federal. Quero convocar a todos: vamos nos juntar nessa luta. Os Senadores e Deputados paulistas, paranaenses, gaúchos haverão de estar conosco.

Por último, quero lhes dizer que tenho recebido tanta confiança de vocês; podem continuar confiando, que nós continuaremos com as nossas forças, que são poucas, trabalhando por vocês.

Um abraço.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique, pelas suas colocações.

Quero aqui, ao finalizar o nosso trabalho, agradecer a presença de todos e dizer que foi um prazer estar aqui no oeste de Santa Catarina, e dizer que nós, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, estamos atentos para cuidar que os nossos agricultores tenham os favores e os benefícios do



Código Florestal Brasileiro. Os agricultores aqui do oeste de Santa Catarina como os agricultores da minha Rondônia...

Prefeito, por favor.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI – Muito obrigado.

Agradeço ao Senador Acir Gurgacz e, em meu nome e no nome do ex-prefeito João Rodrigues, Deputado Federal e Secretário da Agricultura, em nome de Luciano Buligon, presidente da Efapi (Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó), eu queria convidar a todos os Srs. Senadores, Deputados Federais e todos vocês que estão aqui conosco para, de 07 a 16 de outubro, estarem conosco aqui, em Chapecó, na Efapi 2011, 18ª edição da maior feira multissetorial (industrial, comercial, prestadora de serviços e agropecuária) do Estado de Santa Catarina. Todos são nossos convidados, em meu nome, especialmente em nome do nosso querido amigo, ex-prefeito e Secretário da Agricultura do Estado, Deputado Federal João Rodrigues.

Aguardaremos todos vocês aqui.

Obrigado, Senador Casildo Maldaner; obrigado, Presidente da audiência, Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Prefeito Caramori, por sua acolhida aqui na cidade de Chapecó. Amanhã, estaremos em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena, na minha querida Rondônia.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 17 horas.)